

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.565.499 - SP (2019/0242096-8)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : V H DOS S S (MENOR)
REPR. POR : L R DOS S
ADVOGADOS : HORÁCIO XAVIER FRANCO NETO - DEFENSOR PÚBLICO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ROBERTA MARQUES BENAZZI VILLA VERDE - DEFENSORA
PÚBLICA
AGRAVADO : I R DA S
ADVOGADO : ISABEL CAROLINE BARBOSA NOGUEIRA - SP317884

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALIMENTOS. EXECUÇÃO. DIVERGÊNCIA ENTRE O VALOR NUMÉRICO E O VALOR POR EXTENSO. VIOLAÇÃO DO ART. 12 DA LEI 7.357/1985. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Cuida-se de agravo interposto por V. H. dos S. S. (menor) contra a decisão de fls. 151-154 (e-STJ), proferida em juízo provisório de admissibilidade, na qual foi negado seguimento ao recurso especial.

O recurso especial foi deduzido em desafio ao acórdão de fls. 118-123 (e-STJ), prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

Alimentos. Execução. Título executivo consistente em pedido de divórcio homologado judicialmente. Existência de divergência entre o valor numérico e o valor por extenso dos alimentos a serem pagos em caso de desemprego. Alimentante que apresentou cálculos considerando o valor por extenso - quarenta por cento do salário mínimo. Impugnação e parecer do digno representante do Ministério Público para que seja considerado o valor numérico — 30% do salário mínimo, condizente com o que a jurisprudência deste E. Tribunal de Justiça entende razoável em casos semelhantes. Decisão acertada. Recurso improvido.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 127-136), apontou o insurgente a existência de violação do art. 12 da Lei 7.357/1985. Sustentou, em síntese, que, no caso de

Superior Tribunal de Justiça

divergência entre o valor numérico e o valor por extenso do título executivo, deve prevalecer o último.

Contrarrazões às fls. 137-143 (e-STJ).

A Corte de origem deixou de admitir o recurso ao argumento de não demonstração da violação aos dispositivos arrolados, cumulada com a incidência da Súmula 7/STJ.

Daí o presente agravo, no qual o insurgente contesta a aplicação dos óbices.

Sem contraminuta (e-STJ, fl. 183).

Brevemente relatado, decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

O recurso especial é de fundamentação vinculada, sendo cabível apenas nas hipóteses das alíneas *a*, *b* e *c* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, quais sejam: a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência; b) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal; e c) der à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

O presente recurso especial foi interposto com fundamento apenas na alínea *a* do permissivo constitucional, tendo sido alegada a violação do art. 12 da Lei 7.357/1985.

Ocorre que o dispositivo tido por violado não é apto a lastrear a tese invocada "de que, havendo divergência entre o valor numérico e o valor por extenso contidos na sentença, deve ser adotado o valor por extenso", uma vez que o referido dispositivo trata somente da divergência de valores existente no cheque.

Dessa forma, incide a Súmula 284/STF a obstar o conhecimento do recurso.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF.
RESPONSABILIDADE PELA DETERIORIZAÇÃO DE
ALIMENTO TRANSPORTADO DO CHILE. REEXAME DA
MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA DOS AUTOS. SÚMULA 07
DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O recorrente deixou de apontar o artigo do decreto-lei nº 1.866/96 supostamente violado. É importante ponderar que o recurso especial é de natureza vinculada e, para o seu cabimento, é imprescindível que o recorrente demonstre de forma clara os dispositivos apontados como

Superior Tribunal de Justiça

malferidos pela decisão recorrida, sob pena de inadmissão. Incidência da Súmula 284 do STF.

2. Ademais, a Súmula 284 da Suprema Corte também incide quando o conteúdo normativo do dispositivo legal apontado como violado não é apto a lastrear a tese vertida no recurso especial, porquanto deficiente a fundamentação.

3. O Tribunal de origem concluiu, após análise das provas dos autos, que a responsabilidade pelos danos sofridos no transporte de mercadorias é do recorrente. Alterar o entendimento do acórdão recorrido demandaria reexame do conjunto - fático probatório dos autos, o que é vedado em razão da incidência da Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.033.441/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/04/2017, DJe 03/05/2017).

Diante do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 12 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator